

Carta de Encerramento do Processo – Cumprimento de Sentença

Processo n.º 1234/24.5T8LSB
Vara Cível da Comarca de Lisboa

Lisboa, 15 de março de 2024

Ao Sr. João da Silva
Rua das Flores, n.º 27
3.º Esq.º – 1150-234 Lisboa
NIF: 234 567 890

Exmo. Sr.,

Na qualidade de mandatários da **Empresa de Arrendamento Comercial, Lda.**, contribuinte n.º 123 456 789, com sede na Avenida da República, n.º 45, 5.º-C, 1050-150 Lisboa, vimos por este meio informar V. Exa. acerca do cumprimento integral da sentença proferida nos autos do **Processo Especial de Despejo – Arrendamento Comercial – Falta de Pagamento e Caducidade Contratual**, e do consequente encerramento do referido processo.

1. Cumprimento das obrigações determinadas na sentença

Conforme o despacho de 30 de janeiro de 2024, proferido pelo Juiz de Direito da Vara Cível de Lisboa, foram impostas ao réu as seguintes obrigações:

Obrigação	Valor	Data Limite para Cumprimento	Situação Atual
Pagamento das rendas em dívida (8 meses)	€ 24 800,00	31 de dezembro de 2023	Pago
Juros moratórios (taxa legal, 4 % ao ano)	€ 2 960,00	31 de dezembro de 2023	Pago
Indemnização por obras não autorizadas	€ 6 500,00	31 de dezembro de 2023	Pago
Desocupação e entrega das chaves do imóvel	—	15 de janeiro de 2024	Efetuada

Todos os montantes acima referidos foram recebidos e devidamente depositados na conta bancária da empresa requerente (IBAN: PT50 0035 0000 1234 5678 9015 2) em data de **5 de janeiro de 2024**, comprovando o integral cumprimento das obrigações pecuniárias.

2. Extinção do processo

Em virtude do cumprimento integral das determinações judiciais, não subsistem pendências que justifiquem a continuação do processo. Assim, nos termos do artigo 702.º do Código de Processo Civil, requeremos a **extinção do processo com resolução de mérito**, com a consequente anotação de que a sentença foi integralmente cumprida.

3. Notificação de encerramento

Procedemos à presente notificação para que V. Exa. tome ciência de que:

- O processo está encerrado, não havendo mais quaisquer encargos ou obrigações pendentes;
- O imóvel arrendado encontra-se livre e desocupado, estando a **Empresa de Arrendamento Comercial, Lda.** a regularizar a sua situação patrimonial;

- Não será necessário comparecer novamente perante o Tribunal, salvo eventual interesse em impugnar a presente comunicação, o que deverá ser feito no prazo de **15 dias** a contar da data da presente carta, nos termos do artigo 705.º, n.º 1, do CPC.

4. Considerações finais

Agradecemos a V. Exa. a colaboração prestada para a resolução célere e eficaz da presente demanda. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se revelem necessários.

Com os melhores cumprimentos,

Dr. Ana Martins

Advogada – Ordem dos Advogados n.º 12345
Empresa de Arrendamento Comercial, Lda.

Dr. Luís Pereira

Advogado – Ordem dos Advogados n.º 67890
Empresa de Arrendamento Comercial, Lda.

Cc: Vara Cível de Lisboa – Cartório